

POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER E O IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO DO CIDADÃO

Recebido em: 01/02/2011

Aceito em: 08/09/2011

Maria Rita Bruel

Universidad Católica de Nuestra Señora de La Asunción
Asunción – Paraguai

Angelo Vargas

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro – RJ – Brasil

RESUMO: O estudo se baseou na Teoria dos Sistemas Ecológicos (*Micro-Meso-Exo-Macrossistema*) e discutiu o lazer como direito social ao analisar o impacto das políticas públicas no desenvolvimento do cidadão. Trata-se de um estudo descritivo-analítico com análise de conteúdo das entrevistas semiestruturadas. Amostra (n=42) usuários de atividades de lazer (*Micro*); (n=6) gerentes da SMEL (*Exo*). Na entrevista com o *Micro* se identificaram 202 relatos (F.a), igual a 100% (F.r.), categorizados em elementos impactantes. Concluiu-se que houve impacto dos ambientes ecológicos sobre o *Micro*, prevalecendo interferências do *Macro* no *Micro* e menor interdependência entre os sistemas, embora o *Micro* tenha recebido interferência de todos os níveis. O *Exo* é importante nessa teia ao provocar interconexões ambientais que refletem no desenvolvimento do homem, que busca o lazer como direito de preservação da vida e exercício de cidadania.

Palavras-chave: Atividades de Lazer. Políticas Públicas. Avaliação de Impacto. Avaliação em Saúde.

PUBLIC POLICIES OF LEISURE AND THE IMPACT IN THE DEVELOPMENT OF THE CITIZEN

ABSTRACT: The study based itself in the Theory of Ecologic Systems (Micro-Meso-Exo-Macrosystem) and has discussed leisure as a social right when analyzing the impact of the public policies in the development of the citizen. A descriptive analytical study on the content of semi-structured interviews. Sample (n=42) users of leisure activities (Micro); (n=6) managers of SMEL (Exo). In the interview with the Micro 202 reports were identified (F.a), equal to 100% (F.r.), categorized in impacting elements. It has been concluded that there was impact of the ecological environments on Micro, prevailing interferences of Macro on Micro and minor interdependence among the systems although Micro has suffered interference of all levels. Exo is important in this network when provoking environmental interconnections that reflect on the

development of man that searches leisure as a right for the preservation of life and citizenship exercise.

KEYWORDS: Leisure activities. Public Policies. Impact Evaluation. Evaluation on Health.

INTRODUÇÃO

Desde 1988, a Constituição da República Federativa do Brasil, estabelece que o lazer é um direito de todos os brasileiros, assim como, a educação, a cultura e o esporte. Juntamente a garantia de direitos, impõe-se à obrigatoriedade do dever do Estado, como responsável pelo provimento de políticas públicas nas esferas federal, estadual e municipal. O Título VII, Capítulo III, art. 217, § 3º, item IV da Constituição brasileira contempla que o Estado “incentivará o lazer, como forma de promoção social” (BRASIL, 1988). Esse preceito constitucional acolhe a Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), que reconhece o lazer como uma necessidade básica do ser humano e como direito inalienável do cidadão. O mesmo diploma legal nos artigos 24, 25, 26, e 27, inclui em seu texto o direito ao lazer como forma de assegurar a saúde, o bem-estar, a educação e o direito de tomar parte na vida cultural da comunidade, garantindo a seguridade social.

No início do século XXI, vislumbra-se no Brasil, uma tendência de mudança na garantia do cumprimento dos direitos sociais, incluindo o lazer, com a criação da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer (SNDEL), do Ministério do Esporte. Com isso, as políticas públicas de lazer passam a receber maior impulso, com reflexo no aumento da produção científica na área e na sistematização de convênios para o desenvolvimento de programas de esporte e lazer, estabelecidos entre

governo federal, municípios e outras entidades afins, distribuídos por todas as regiões do país.

Também nas últimas décadas, pode-se observar que o tema lazer vem sendo tratado com mais frequência nos meios de comunicação de massa, nos jornais e periódicos de informação geral. No mundo acadêmico, a incidência de estudos recai na organização de grupos de pesquisa advindos das áreas de conhecimento, como Educação Física, Antropologia, Psicologia, Comunicação Social, Economia, Turismo, Medicina, entre outras; com a realização de eventos científicos ligados ao assunto e com o aumento do número de publicações específicas. Assim, pode-se dizer que o lazer vem ganhando mais visibilidade e se fortalecendo enquanto tema de estudos.

No século XIX, nas sociedades industrializadas, o lazer foi considerado um fenômeno de classe, passou a ser um fenômeno de massa no século XX e, já na transição para o século XXI, tornou-se um fenômeno a ser estudado como uma das necessidades básicas que compõe a formação integral do ser humano. Conforme Marcellino (1990) o desenvolvimento da personalidade do indivíduo, que o lazer enseja, pode ser denominado de desenvolvimento humano no contexto socioambiental. O lazer deixa de ser um produto secundário e passa a ser prioritário na civilização contemporânea, que inclui os sistemas bioecológicos.

O lazer, um dos aspectos da sociedade moderna não é um fenômeno isolado, portanto, só pode ser entendido nas suas inter-relações, considerando que no Brasil sofre influência do mundo do trabalho, da escolarização, da cultura corporal e de sua institucionalização, demandando em um processo histórico de formação de um novo homem e de uma nova cultura.

As discussões acadêmicas sobre o tema raramente se desviaram do caminho que inclui a sua relação com o tempo livre resultante do tempo de não trabalho. Desta forma, a trajetória de estudos percorrida por Gomes (2001) sobre o lazer não exclui a discussão sobre o binômio *trabalho-lazer* e o contexto em que está inserido, como se pode constatar ao aprofundar o assunto sobre o Programa de Ginástica na Empresa.

Ora, lazer e trabalho são práticas sociais dialeticamente relacionadas em nosso contexto, mas cada um possui sua própria identidade, impossível de ser diluída em uma sociedade fragmentada (em seus tempos e espaços sociais), contraditória e injusta como a nossa (GOMES, 2001, p. 7).

Autores como Pinto et al. (2008) e Alves Junior; de Melo (2003), apontam para uma polissemia do termo lazer, podendo este ser considerado nas discussões e reflexões, tanto como consumo de atividades e também como um fenômeno social historicamente construído. Já, para Gomes (2001, p. 7) “o lazer representa um direito social, um dos elementos que integra o efetivo exercício de cidadania comprometido com a autonomia e a participação crítica dos sujeitos, e não com a lógica excludente do capital”. Assim, o lazer no seu entendimento tem uma função política capaz de interferir na dinâmica das relações sociais “com potencial para a compreensão das contradições” e atuar como “um canal de resistência” (GOMES, 2001, p. 7). Isto quer dizer, que o lazer como estatuto legítimo pode atuar como força política no contexto e na teia das relações sociais dinamizando a sociedade.

É possível asseverar que o direito ao lazer precisa ser parte integrante das políticas públicas por meio da garantia de ações governamentais, caso contrário não há como se afirmar o sentido e significado de uma cidadania para o lazer.

O descumprimento desses direitos e deveres recai nas instituições que vêm alertando para o problema resultante da relação *trabalho - tempo livre* com as

implicâncias na qualidade de vida do trabalhador. Uma dessas instituições é a justiça, que recebe um volume considerável de ações trabalhistas, principalmente aquelas que arguem danos morais por doenças adquiridas em ambientes de trabalho.

No entanto, não só o trabalho, porém, a sua rotina viciada, a pressão por resultados e principalmente a falta de lazer têm produzido inúmeras doenças, como o estresse, por exemplo. Comprovando essa premissa, incontáveis estudos tratam das relações: *lazer - atividade física versus qualidade de vida - bem-estar*, o que resultam em explicações de ordem científica nos campos da Fisiologia, da Economia, da Sociologia, da Psicologia, do Direito e principalmente da Educação para a formação de hábitos de vida saudáveis. O estresse na forma singular não pode ser visto como o vilão desta situação, mas sim, os seus agentes causadores, entre os quais o trabalho e a ausência do lazer.

A segunda instituição que sofre os reflexos desse problema é o sistema de saúde pública que tem hoje como maior demanda o tratamento de doenças advindas da falta de lazer, como aquelas de induções patológicas de cunhos psiquiátrico, psicológico e somático. A somatização resulta da pressão social de uma sociedade, que se encontra em anomia, e origina outras patologias sociais, como a desintegração familiar, o desemprego, o estilo de vida adverso, a falta de perspectiva de vida, entre outras. O sedentarismo e a obesidade também são marcas próprias da ausência de lazer, que se encontra em evidência nas discussões acadêmicas, reforçadas pelo destaque dado pela mídia. A questão social do sedentarismo leva a uma questão de saúde, – a obesidade, doença que depende de vários outros fatores para se desenvolver: hábitos de vida, hábitos alimentares e predisposição biológica são alguns exemplos.

Dumazedier (2004), estudioso do tema, distingue o lazer através de suas funções: *função de descanso; função de divertimento, recreação e entretenimento; função de desenvolvimento*, definindo-o como,

[...] um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (DUMAZEDIER, 2004, p. 34).

O lazer representa importante papel e possibilidades no controle ou diminuição do estresse, da angústia, da depressão, não podendo ser compreendido, no entanto, isoladamente, pois ele faz parte da teia de relações sociais que compõem a dinâmica do bem-viver. Deve ser avaliado, portanto, a partir de um ambiente ecológico, que lhe confere sentido e razão no tempo disponível, diferente das obrigações profissionais, religiosas, domésticas e sociofamiliares, envolvendo prazer, desejo, liberdade e criatividade.

A satisfação das necessidades sociais básicas no campo das políticas públicas de lazer não se resume à distribuição de bens materiais voltadas para a dimensão biológica do cidadão, como o atendimento com infraestrutura básica para a prática de atividade física. O lazer institucionalizado também deve estar associado à oferta de recursos não materiais ou intangíveis, voltado para as dimensões cognitiva e emocional do indivíduo. Estas vão atender aquelas necessidades inseridas no campo dos direitos individuais, como o direito à autonomia, à informação, à convivência familiar e comunitária, à segurança, ao desenvolvimento intelectual, às oportunidades, participação e controle de decisões e ao usufruto do progresso, características do desenvolvimento da cidadania.

Buscar o entendimento do impacto das políticas públicas no homem contemporâneo implica na compreensão de um mundo globalizado, interligado por redes de comunicação, formatado em blocos econômicos e se debatendo com as questões de ordens política, econômica e ambiental. Essas ordens, no contexto de modernidade, incluem a necessidade de preservação do meio ambiente e de manutenção do equilíbrio da relação *homem - meio ambiente - qualidade de vida*. Nessa relação, entre outros fenômenos importantes, como o trabalho, a saúde, a educação, encontra-se o lazer. E, é nesse sentido que Marcassa; Mascarenhas (2005, p. 256) compreendem o lazer como sendo um “Fenômeno tipicamente moderno resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassado por relações de hegemonia”.

O entendimento do fenômeno lazer contemporâneo encontrado nos ensinamentos de Marcassa ; Mascarenhas (2005), como se observa, aproximam-se dos postulados de Dumazedier (2004, p. 36)

Em primeiro lugar, deve ser considerado em si mesmo, levando-se em consideração sua própria dinâmica e depois suas relações em posição de igualdade com o trabalho, a família, a política, a religião e a cultura. Todos os sistemas relacionados com esses importantes elementos da civilização devem ampliar-se a fim de conseguirem abarcar o conjunto das características e dos fatores de uma civilização do lazer. Podemos afirmar que o lazer representa um conjunto de aspirações do homem à procura de uma nova felicidade, relacionada com um novo dever, uma nova moral, uma nova política, uma nova cultura.

Ambos os autores tratam o lazer sob a perspectiva da dimensão das necessidades sociais básicas do homem, bem como, nas interfaces com os componentes da esfera da vida cotidiana como a educação, a economia, a política e a cultura.

O que se contrapõe ao termo lazer, na forma como sempre foi entendido pelos teóricos que o discutiram a partir da relação *trabalho – tempo livre* e das obrigações que esta impõe, são as proposições do sociólogo italiano Domenico de Masi (2000). Em sua obra “Ócio criativo”, onde muito discutiu o trabalho e suas relações com a qualidade de vida do homem moderno, afirma que para se viver bem *o trabalho não é tudo* e coloca com propriedade o significado do termo *ócio*. Este, nas línguas vernáculas, pode apresentar significados positivos para a relação *trabalho – tempo de não trabalho*, como por exemplo: *de distração para alívio, de paz para recreio, de diversão para descanso*. Ainda, essa relação pode apresentar significado neutro, como: *passatempo, vacância, desobstrução, equilíbrio e trégua*. Contudo, também explica os significados negativos que o termo ócio culturalmente assume: *de vadiagem para desperdício de tempo, de desleixo para esterilidade, de desinteresse para tolice*, porque o mundo do trabalho e suas relações não aceitam fracasso, perdas, improdutividade em qualquer sentido (DE MASI, 2000).

Para Azevedo (1997) as políticas públicas se inserem no projeto maior de uma sociedade a partir dos seus interesses como um programa de ação, podendo assim caracterizá-las como *o Estado em ação*. Em sendo *o Estado em ação* há de se entender que as políticas públicas tanto podem ser um construto sociohistórico como um construto de pesquisa e produção de conhecimento. No contexto da produção do conhecimento o tema vem sendo caracterizado pela análise das interações entre sociedade e estado que acontecem nas relações sociais. Assim sendo, são estabelecidos, para análise de investigação científica, seus fins e prioridades na orientação das ações do poder público, como também as interações que são construídas, ou não, com a

sociedade nesse processo. Como definição para políticas públicas, tem-se na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) (2010),

[...] conjunto de disposições, medidas e procedimentos que traduzem a orientação política do Estado e regulam as atividades governamentais relacionadas às tarefas de interesse público, atuando e influenciando sobre a realidade econômica, social e ambiental. Variam de acordo com o grau de diversificação da economia, com a natureza do regime social, com a visão que os governantes têm do papel do Estado no conjunto da sociedade, e com o nível de atuação dos diferentes grupos sociais.

Deste modo, pode-se inferir que as políticas públicas se tornam vias de acesso para o cidadão exercer seus direitos e deveres. As leis, que regulamentam os direitos e deveres do cidadão, são estatutos da moral e da ética. Em 1948, foi elaborada e aprovada pela Organização das Nações Unidas, a Declaração dos Direitos do Homem, do qual o Brasil é um dos países signatários, valendo-lhe como compromisso moral. Essa veio a ser referendada em 1988 pela Constituição da República Federativa do Brasil, que incorpora ao texto constitucional, importantes valores civilizatórios e conquistas sociais significativas em termos de Direitos Humanos, com vistas ao exercício de cidadania.

A cidadania é “qualidade de uma sociedade organizada sob forma de direitos e deveres majoritariamente reconhecidos” (CURITIBA, 2000, p. 6). De acordo com Bedin (2005, p. 63) é possível definir cidadania como “o *status* concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade política e, em consequência, possuem o *direito a ter direitos*”. Para se alcançar cidadania não basta às leis, deve a sociedade harmonizar suas diferenças e participar da sua construção usando o espaço do poder local, onde vivem as pessoas, onde se efetivam decisões políticas para atender às necessidades básicas do cidadão.

Uma proposta pública que contempla os aspectos da saúde corporal não pode prescindir dos princípios éticos que balizam a humanização do Homem e a continuidade da vida no planeta Terra, principalmente entendendo que as políticas públicas têm o poder arbitrário de afetar o bem-estar e o desenvolvimento dos seres humanos, ao determinar suas condições de vida. Conforme ensina Vargas (2007, p. 38),

O compromisso com a saúde, tanto individual quanto social, depende de um comportamento ético. Sem Ética, o corpo individual e o corpo social condenam-se à morte, à doença e a outras formas de inércia. Sem Ética inexistente qualidade de vida.

Portanto, há que se transformar o acesso ao lazer, tal como o esporte, em direito aplicado, por se tratar de uma questão de Ética (VARGAS, 2007).

A avaliação de impacto das políticas públicas de lazer, na maioria das vezes, encontra-se relacionada com as teorias sociológicas e ou psicológicas. Ao se considerar que o lazer pertence à categoria dos temas transversais da cultura, educação e saúde o presente estudo considerou a política pública de lazer como um *macrossistema* capaz de interferir e inter-relacionar com o *microssistema*, - o desenvolvimento do cidadão no exercício de sua cidadania, abordando essa relação através de um modelo sistêmico, tal como o proposto pela Teoria dos Sistemas Ecológicos.

Não se tem uma definição precisa para o termo *impacto* conforme Vasconcelos; Coriolano (2008), embora seja uma expressão recorrente na língua portuguesa, usado frequentemente pelos meios de comunicação e erroneamente associado apenas a uma reação negativa. O impacto, entretanto, pode ser também positivo. Impactos socioambientais são grandes mudanças, embasadas no cotidiano, que ocorrem na natureza e na sociedade interferindo e condicionando o ser humano. Por exemplo, qualquer mudança que o homem faça em um elemento natural, como a construção de equipamentos sociais, ele está interferindo no espaço ambiental e provocando um

impacto ligado mais à natureza, porém com resultados positivos para a sociedade, ou seja, para o desenvolvimento humano e da cidadania. Avaliação de impacto como termo dos descritores na língua portuguesa significa,

[...] estudos que determinam a efetividade ou o valor dos processos, pessoal e equipamento, ou o material destes estudos, sendo um descritor distinto usado para relatório de um estudo de avaliação específico (BVS, 2010).

A gestão das políticas públicas de uma cidade, com sua diversidade de atividades, voltadas ao cotidiano de seus atores sociais, deve avaliar os impactos das naturezas social, cultural, ambiental e de desenvolvimento humano.

Torna-se importante não perder de vista a função precípua das políticas públicas que é expressamente deixar algo implantado na consciência do cidadão, ou seja, um legado de legitimidade da cidadania.

As características do impacto de uma política de lazer em uma população, os aspectos motivacionais e as razões de sua necessidade devem ser identificadas e conhecidas no contexto em que está inserida. Este estudo adotou o Modelo Bio-Ecológico do Desenvolvimento baseado na Teoria dos Sistemas Ecológicos, de Urie Bronfenbrenner (1996/2002), que propõe examinar os relacionamentos entre o indivíduo e os contextos nos quais este funciona ativamente. O Modelo Bio-Ecológico de Desenvolvimento é composto por quatro núcleos: *Processo, Pessoa, Contexto e Tempo* (PPCT), configurados no sistema ecológico que abrange o *Macrossistema, o Exossistema, o Mesossistema e o Microssistema*.

A escolha desse modelo como base teórica para o estudo de impacto se deu pelas possibilidades de analogia das inter-relações e interferências que compõem os ambientes ecológicos de uma situação em processo da pessoa no contexto e no tempo.

O paradigma Bio-Ecológico resulta dos achados da pesquisa desenvolvida por Bronfenbrenner (1996/2002), concluindo que o material genético por si só não produz traços finalizados, entretanto se alia com as experiências externas na determinação do resultado do desenvolvimento. O ambiente externo das pessoas caracteriza-se pelo ambiente circundante, por outras pessoas, pelos objetos e símbolos que existem do lado de fora do organismo, portanto, ele parte da premissa que desenvolvimento envolve a interação entre organismo e ambiente.

Esse Modelo permite que o desenvolvimento humano seja estudado por meio da interação dos quatro núcleos, denominados de PPCT. Esses núcleos são mecanismos responsáveis pelo desenvolvimento do indivíduo. As características do indivíduo e do meio ambiente, suas estruturas ambientais e os processos que ocorrem dentro e entre eles devem ser considerados como interdependentes e analisados em termos de sistemas. Tais mecanismos são importantes para compreender o indivíduo em sua totalidade, uma vez que seu desenvolvimento ocorre por meio de um processo de interação permanente entre o ambiente e as características da pessoa, no decorrer do tempo num determinado contexto (BRUEL; VARGAS, 2010).

Para Bronfenbrenner (1996/2002) os diferentes tipos de ambiente são analisados sistematicamente, com níveis de interconexão e interdependência, sendo que o primeiro nível de influência no desenvolvimento da pessoa é o *Microsistema* – definido como um padrão de atividades, papéis e relações interpessoais experienciados pela pessoa em desenvolvimento nos ambientes que ela frequenta e com as quais estabelece relações imediatas face a face.

O *Mesosistema* compõe o segundo nível, que representa o conjunto de Microsistemas do qual a pessoa participa diretamente, assim como as inter-relações

estabelecidas entre eles, que pode ser entre o indivíduo em desenvolvimento e uma instituição. Tais níveis exercem uma profunda influência no desenvolvimento do ser humano, pois são sistemas nos quais a pessoa estabelece uma interação íntima, que produz e sustenta seu desenvolvimento, mesmo que o contexto seja externo ao núcleo familiar.

O *Exossistema*, terceiro nível, envolve o ambiente que desempenha uma influência indireta sobre o desenvolvimento das pessoas. Nesse nível é identificada como sistemas importantes à teia diversificada de relações das pessoas da família, a rede de apoio social e a comunidade em que o indivíduo está inserido.

O último nível é conhecido como *Macrossistema*, que são padrões generalizados, composto pelos padrões globais de ideologia e organização das instituições sociais comuns a uma determinada cultura ou subcultura, presentes no cotidiano das pessoas que influenciam seu desenvolvimento, nesse caso específico, a cultura corporal. É no contexto da cultura que se insere o desenvolvimento das pessoas quanto ao exercício do direito ao lazer, cuja garantia é dever do Estado por meio do estabelecimento de políticas públicas.

O desenvolvimento do ser humano só pode ser entendido ou explicado na reciprocidade da interação com seu contexto, que é o elemento gerador do seu desenvolvimento. Bronfenbrenner, segundo Krebs (2008), avançou nos seus estudos ao superar a dicotomia inato/adquirido existente nas teorias desenvolvimentistas, incluindo o componente sociocultural, representado pelo contexto ambiental. Ao estabelecer a Teoria dos Sistemas Ecológicos ele defendeu a importância de se investigar as interações concretas do cotidiano e suas implicações no ser em desenvolvimento. A base do Modelo Bio-Ecológico se dá no estudo do processo de interação entre o ser

humano em desenvolvimento e “as propriedades em mudança dos ambientes imediatos nos quais vive a pessoa, como esse processo é afetado pelas relações entre aqueles ambientes, e pelos contextos mais amplos nos quais os ambientes estão envolvidos” (KREBS, 2008).

Bronfenbrenner (1996/2002, p. 9) ao afirmar que “uma abordagem ecológica ao estudo do desenvolvimento humano requer uma reorientação da visão convencional da relação adequada entre a ciência e a política pública” aponta para a importância de se considerar os sistemas ecológicos como parâmetro de investigação do desenvolvimento do homem. Compreender o desenvolvimento humano implica em extrapolar os limites da ciência, mesmo entendendo que há suposições ideológicas subjacentes e, às vezes, profundamente limitantes na busca do conhecimento através do planejamento da pesquisa ou identificação do problema que inquieta o investigador. O entendimento sobre a integração entre o conhecimento científico e a política social pode ser referendado com o pensamento de Bronfenbrenner (1996/2002, p.9).

Uma integração funcional entre a ciência e a política social naturalmente não significa que as duas devem ser confundidas. Ao examinar o impacto das questões de política pública na pesquisa básica sobre o desenvolvimento humano, é essencial distinguir as interpretações fundamentadas na evidência empírica daquelas enraizadas numa preferência ideológica. Está claro que a desejabilidade de uma relação recíproca entre a ciência e a política social resulta da inclusão, no modelo teórico do ambiente, de um nível de macrossistema envolvendo padrões generalizados de ideologia e estrutura institucional característicos de uma determinada cultura ou subcultura. A política pública é uma parte do macrossistema determinando as propriedades específicas dos exo-, meso- e microssistema que ocorrem no nível da vida cotidiana e governam o curso do comportamento e do desenvolvimento.

É nesse sentido o entendimento sobre as políticas públicas de lazer como parte do macrossistema voltadas para uma população, composta de indivíduos que se relacionam numa interdependência sistemática e permanente. Portanto, este estudo

tratou da análise do impacto das políticas públicas de lazer no desenvolvimento do cidadão e na legitimidade da cidadania. Para tal, foi utilizado o modelo da cidade de Curitiba, capital do estado do Paraná, que contava no ano de 2008, com cerca de 440 praças, sendo 28 delas com estrutura montada para atividades físicas orientadas (CURITIBA, 2008). A gestão das políticas públicas de esporte e lazer é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL), cuja administração segue a mesma ordem e lógica das políticas municipais de descentralização administrativa, com sede nas Ruas da Cidadania (RCs). Essas se caracterizam como um programa de governo da Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC), instituído com a finalidade de aproximar o cidadão ao poder e para que cada habitante possa incorporar no seu dia a dia o sentido de identidade e pertinência à cidade em que vive.

DELINEAMENTO DO ESTUDO

O presente estudo atendeu às normas da Resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde, com projeto de pesquisa aprovado sob protocolo No. 012/2008 pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Rede Euro-americana de Motricidade Humana – REMH e todos os indivíduos pesquisados aceitaram participar de maneira voluntária assinando um termo de consentimento livre e esclarecido.

Participantes

O universo da pesquisa de campo foi definido a partir de consulta preliminar aos Relatórios Mensais das nove Administrações Regionais (ARs), sobre os registros de frequência nas atividades sistemáticas de prática corporal do mês de maio de 2008. Todos os locais pesquisados (contextos ecológicos) possuem programas em comum

para adultos, de onde se identificou uma população de 420 usuários do sistema (*microsistema*) e mais 10 indivíduos, gerentes das nove ARs e um representante da Superintendência da SMEL, caracterizados como *exossistema*.

A seleção da amostra, junto aos usuários dos programas de lazer da SMEL, foi realizada de forma aleatória, sendo depurada, obedecendo aos seguintes critérios de inclusão: adulto usuário das atividades sistemáticas de lazer oferecidas pela SMEL; alfabetizado; usuário do espaço de lazer da RC há mais de seis meses; frequência mínima de duas vezes por semana às atividades sistemáticas; indicação de um número de telefone fixo para a realização de uma entrevista semiestruturada.

O número de participantes que compôs a amostra foi determinado de acordo com as recomendações de Mattos; Rosseto Júnior; Blecher (2008) sendo o índice de 10% como percentagem sugerida para uma população entre 201 – 500 sujeitos, resultando para este caso uma amostra de (n=42) sujeitos, identificados como o *microsistema* da cadeia de elementos do Modelo Bio-Ecológico de Desenvolvimento.

A segunda amostra foi constituída de (n=6) sujeitos, sendo cinco gerentes de administrações regionais da SMEL e um representante da Superintendência da SMEL, identificados como os elementos do *exossistema*. Esta foi obtida pela devolutiva de questionários preenchidos do total de dez entregues.

Métodos

Este estudo investigativo foi desenvolvido na forma descritiva-analítica, utilizando-se de levantamento de dados por meio do método de procedimento descritivo e com análises qualitativa e quantitativa, justificando-se como a forma mais adequada para o entendimento da natureza do fenômeno social, - as políticas públicas de lazer.

A pesquisa científica, nas ciências sociais, para Richardson; Peres (2008) sofre algumas restrições na questão do método, que impossibilitam procedimentos predominantemente quantitativos para explicar fenômenos sociais complexos, considerando desde a heterogeneidade da amostra, composta por pessoas ímpares e singulares, até a coerência no atendimento aos objetivos propostos, não podendo ser totalmente explicada por meio de esquemas estatísticos. Portanto, a metodologia aplicada no tratamento da coleta de dados resultante das entrevistas foi desta forma considerada. É pertinente ressaltar a forma segmentada no desenvolvimento da pesquisa, justificada pelo fato de que, cada uma das partes que compõe o sistema organizacional das políticas públicas de esporte e lazer da SMEL ao ser entrevistada desconhecia as questões destinadas às demais, creditando aos instrumentos de pesquisa a possibilidade de auxiliar na validação interna das respostas.

Coleta de Dados

A coleta de dados ocorreu em momentos distintos em atenção à especificidade da técnica e respectivos instrumentos de pesquisa, efetivando-se entre os meses de maio e dezembro de 2009, sendo que o primeiro levantamento de dados serviu para identificar a população de usuário das atividades sistemáticas de lazer frequentadores dos equipamentos sob a jurisdição das nove RCs, por meio de um questionário autoadministrado. Deste levantamento de interesse na participação do estudo, retirou-se à amostra correspondente aos usuários, identificados como *microsistema*. Essa se compôs de 42 sujeitos, representados por 90% mulheres e 10% homens, com média de idade de 52,6 anos, submetidos a uma entrevista semiestruturada, com perguntas abertas e respondidas por telefone, após contato pessoal com cada indivíduo.

Todos os entrevistados receberam antecipadamente o roteiro da entrevista. Essas foram realizadas, com tempo médio de duração igual a 6'48 "(seis minutos e quarenta e oito segundos), entre os dias cinco e onze de agosto de 2009, durante a semana, em horários e locais indicados no primeiro questionário pelo sujeito da pesquisa. A pesquisadora usou o programa *Skype* da Internet, utilizando o sistema de viva voz em conexão com telefones fixos dos entrevistados, com gravação em cartão de memória de dois" gigas "em um aparelho gravador de marca *Sony*, tendo ainda como apoio o preenchimento do roteiro da entrevista para anotações complementares. Ao finalizar a entrevista, a pesquisadora convidava o pesquisado para ouvir suas respostas, tempo este não computado na duração da entrevista. Posteriormente, essas respostas foram transcritas para que se procedesse à análise do conteúdo das frases colocadas por cada entrevistado".

Na sequência foram realizadas entrevistas guiadas com os gerentes das ARs das RCs. A pesquisadora marcou horário por telefone com esses e visitou todos os espaços, colheu suas assinaturas nos Termos de Participação Consentida, entregou-lhes cópia impressa do roteiro da entrevista, contendo quatro questões abertas, e os enviou posteriormente por e-mail, para que fossem respondidos em arquivo eletrônico, na disponibilidade de tempo de cada um, conforme solicitação dos participantes da pesquisa. Para tanto, ficou definido o prazo de até cinco dias para a devolução. Dos nove roteiros de entrevistas entregues, houve cinco devoluções no prazo estipulado. Expirado esse prazo, foram feitos mais dois contatos com os sujeitos para sua obtenção, porém sem sucesso. É pertinente informar que a amostra na forma como ficaria composta, de nove gerentes das ARs da SMEL, constituiria uma "saturação teórica", justificada pelas respostas obtidas dos cinco gerentes se assemelharem em forma e

conteúdo, referendadas pelo fato de serem gestores de um sistema descentralizado, porém subordinados ao poder central, de forma que devem seguir as diretrizes emanadas por este e se submeterem ao controle sobre suas atuações. Por saturação teórica da amostra Fontanella; Ricas; Turato (2008, p.19) a conceituaram como,

[...] sendo a constatação do momento de interromper a captação de informações (obtidas junto a uma pessoa ou grupo) pertinentes à discussão de uma determinada categoria dentro de uma investigação qualitativa sociológica. Na expressão dos autores, tratar-se-ia de uma confiança empírica de que a categoria está saturada, levando-se em consideração uma combinação dos seguintes critérios: os limites empíricos dos dados, a integração de tais dados com a teoria (que, por sua vez, tem uma determinada densidade) e a sensibilidade teórica de quem analisa os dados.

Mais um componente do sistema, o representante da Superintendência da SMEL, compôs a amostra intencional do estudo. Desta feita, o instrumento da pesquisa descritiva-analítica foi uma entrevista guiada, composta por quatro questões abertas. A entrevista ocorreu na sede da SMEL, após conhecimento prévio das questões, com registro em gravador digital de marca *Sonic*, em cartão de dois “gigas” de memórias e transcrita posteriormente, sendo comparada com as respostas escritas pelo entrevistado.

Com a obtenção desses dados e informações, foi possível a pesquisadora completar o caminho estabelecido para a metodologia da investigação.

ANÁLISE DOS DADOS

A análise descritiva dos dados apanhados nas entrevistas se apoiou na base teórica do Modelo Bio-Ecológico de Desenvolvimento, que oferece um eixo relevante para a seleção de focos de análises, principalmente, quando distingue o estudo sobre processos de desenvolvimento no contexto. Como parâmetro de observação do impacto fez-se uma busca nos aspectos fundamentais existentes em todos os níveis do contexto ecológico, do *microssistema ao macrossistema*, identificando elementos de

interferências e interconexões. Esses foram traduzidos em categorias de análise, identificadas como determinantes do desenvolvimento humano, distribuídas nos elementos do *microssistema* na *relação pessoa-contexto*: socialização, políticas públicas de lazer e motivacionais. O *processo* foi identificado como o cumprimento das normas estipuladas pelo sistema organizacional da SMEL (horários de oferta de atividades, matrícula e controle de frequência, ocupação de vaga, composição de turmas por idade e interesse); o *tempo* se caracterizou pelo período de existência de oferta dos programas e tempo de frequência do usuário nas atividades sistemáticas. Também foi considerado para análise o papel dos gerentes e superintendente como gestores das políticas públicas de lazer (*exossistema*), suas representações e comportamentos.

O procedimento de análise dos dados obedeceu a seguinte rotina, inicialmente, as informações obtidas nas respostas foram analisadas através de uma abordagem qualitativa com o emprego da análise de conteúdo. As informações obtidas dos usuários das práticas corporais sistemáticas foram identificadas como geradoras de impacto e classificadas em categorias. Após a categorização de palavras e conceitos, fez-se a quantificação da informação. Sobre a quantificação, como foram questões abertas, surgiu mais de uma resposta ou justificativa para a mesma pergunta, permitindo-se, assim, que se considerassem todas as informações, ideias e conceitos de cada posicionamento frente à questão, o que quantitativamente, significaram para inferência dos resultados, sendo expressas por meio de Frequência absoluta (F.a) e Frequência relativa (F.r). Estes dados foram classificados em elementos determinantes, considerando-se analogicamente a natureza do impacto provocador, conforme classificação de Sallis e Owen (1999). Após a análise do conteúdo e das classificações,

efetuou-se uma análise estatística descritiva se utilizando as F.a e F.r. dos relatos semelhantes. Todas as análises foram feitas através do software estatístico SPSS 16.0.

A sistemática de análise das entrevistas com os gerentes e superintendente da SMEL se baseou em análise de texto, com crítica do conteúdo e da forma das respostas obtidas, tendo em vista uma leitura interpretativa de sentidos e ideias, portanto, estão apresentados, simultaneamente, o resultado e a discussão dos dados.

Resultados

Os resultados do estudo estão apresentados na ordem sequencial da coleta de dados, conseqüentemente, dividido em dois tipos de amostras com as respectivas características de discussão e análises.

a) – Entrevistas com os usuários identificados como *Microsistema*

A análise das entrevistas com os usuários das atividades sistemáticas de lazer apresentada na TAB. 1 permitiu identificar 202 relatos, categorizados como determinantes que impactaram no desenvolvimento humano desses sujeitos. Foram considerados os aspectos da socialização, das políticas públicas e motivacionais, que possibilitaram estabelecer relações de interdependência e interferência entre os sistemas. Os elementos impactantes de socialização mais frequentes foram os relatos de interdependência entre o *Mesosistema* e o *Microsistema*, com os determinantes “familiares, amigos e vizinhos” (68 relatos – 33,7%). Nos elementos impactantes das políticas públicas de lazer teve a interferência do *Macrossistema* sobre o *Microsistema* pela determinante “visibilidade e proximidade dos equipamentos de lazer” (31 relatos – 15,3%). Nos elementos motivacionais impactantes sobre o desenvolvimento humano se obteve interferências e interdependências de todos os sistemas, sendo as mais

relevantes, a interferência do *Macrossistema* sobre o *Microsistema*, quanto às determinantes “manutenção e preservação da saúde” (46 relatos – 28,8%) e “crescimento, desenvolvimento e bem-estar pessoal” (42 relatos – 20,8%). Também foi relevante a indicação da interferência do *Mesosistema* sobre o *Microsistema* com o elemento determinante “ambiente favorável à identificação com o grupo social” (33 relatos – 16,3%). Os demais elementos determinantes e co-relações com as respectivas frequências se encontram representados na referida tabela.

TABELA 1

Relação entre elementos determinantes do desenvolvimento humano e o nível de influências impactantes da Teoria dos Sistemas Ecológicos

(n=42)			
DETERMINANTES DO DESENVOLVIMENTO HUMANO	F.a	F.r	NÍVEL DE INFLUÊNCIAS DOS ELEMENTOS DA TEORIA DOS SISTEMAS ECOLÓGICOS
Elementos da socialização (interação e comunicação)			
Famíliares, Amigos, Vizinhos	68	33,7	Impacto de natureza social e cultural Mesossistema ↔ Microsistema
Redes sociais públicas, filantrópicas e privadas (Serviço público, Igreja, Trabalho, Comércio, Serviços)	56	27,7	Exossistema ↔ Microsistema
Elementos das políticas públicas de lazer			
Visibilidade e proximidade dos equipamentos de lazer	31	15,3	Impacto de natureza política e ambiental Macrossistema → Microsistema
Qualidade dos serviços ofertados	24	11,9	Exo- Mesossistema → Microsistema
Gratuidade	21	10,4	Macrossistema → Microsistema
Elementos motivacionais			
Manutenção e preservação da saúde	46	22,8	Impacto de natureza motivacional Macrossistema → Microsistema
Crescimento, desenvolvimento e bem-estar pessoal	42	20,8	Macrossistema → Microsistema
Ambiente favorável ao grupo social do usuário	33	16,3	Mesossistema → Microsistema
Prática do exercício de cidadania	33	16,3	Macrossistema → Microsistema
Freq. atividades corporais por prazer	32	15,8	Macrossistema → Microsistema
Prática de lazer	24	11,9	Macrossistema → Microsistema
Fazer novas amizades	15	7,4	Mesossistema ↔ Microsistema
Freq. atividades corporais por prazer e por obrigação	6	3,0	Macro- Exossistema → Microsistema
Freq. atividades corporais por obrigação	4	2,0	Exossistema → Microsistema
Total	202	100,0	

f.a frequência absoluta; f.r frequência relativa; relações unívocas, representadas pelo conectivo lógico (→) para a Interferência e relações biunívocas, representadas pelo conectivo lógico (↔) para a Interdependência.

Discussão dos Resultados

Os elementos de socialização como determinantes impactantes se centraram nos relacionamentos entre pessoas e grupos, gerando uma interdependência entre os sistemas mais próximos: *Mesosistema e Microssistema*. Mesmo que os processos diáticos sejam recíprocos, um pode ser mais influente do que o outro, provocando o equilíbrio do poder, na medida em que o desequilíbrio que vai gerar o desenvolvimento resulta em uma alteração de poder em favor da pessoa em evolução. Estes resultados podem ser confirmados pelos achados nos estudos de Lenamar Vieira (1999, p. 77) que demonstraram,

[...] a interdependência entre os sistemas (do microssistema ao macrossistema). Nota-se, como a iniciativa a nível de (!) macrossistema influenciou o desenvolvimento do talento a nível de (!) microssistema (equipe de atletismo), afetando o nível de desempenho dos atletas e até mesmo o seu curso de vida.

Já, o *Mesosistema* foi mais importante que o *Exossistema* na influência exercida sobre o *Microssistema*, porém ambos representam poderes que transformam uma relação interpessoal. Esta pode ser explicada por Bronfenbrenner (1996/2002, p. 196) que destaca a importância para “o desenvolvimento humano das redes de primeira e segunda ordem que conectam os ambientes imediatos contendo a pessoa em desenvolvimento nos ambientes de poder”. Esse mesmo resultado de interferência de do *Mesosistema* sobre outro sistema também foi encontrado por José Luiz Vieira (1999, p. 58) que indicou na sua conclusão, “a rede social denominada mesossistema, ampliou o mapa ecológico dos talentos esportivos através da participação, comunicação, conhecimento multiambiental e as ligações indiretas”.

A caracterização dos elementos das políticas públicas de lazer reuniu termos e expressões que são atributos da gestão das políticas públicas como “gratuidade, proximidade, prestação de serviço de boa qualidade”, portanto, a inferência da ação do *Macrossistema* sobre o *Microssistema*. O estudo de Cassou et al (2008) que identificou

as barreiras para a prática de atividade física em idosos de diferentes níveis socioeconômicos em Curitiba demonstrou que a localização e as características dos equipamentos não se constituíram em barreiras, ao encontrar 0,8% de 118 relatos entre a população de nível alto, e 2,2% de 46 relatos entre a população de nível baixo. A indicação de residir próximo do equipamento, bem como sua existência na região em que se habita podem ser fatores determinantes para sua utilização e reconhecimento de pertença à cidade. As respostas representam o quanto às políticas públicas têm significado para as pessoas, ou seja, o *Macrossistema* interfere positivamente em vários aspectos e necessidades do *Microsistema*.

Sobre os elementos impactantes motivacionais a “preocupação com a saúde” e “crescimento, desenvolvimento e bem-estar pessoal” e consequente busca pela qualidade de vida foram argumentos constantes, principalmente, colocando o indivíduo biológico no centro do sistema Bio-ecológico circundado pelo ambiente e contexto.

O elemento determinante “ambiente favorável ao grupo social do usuário” demonstra que a inter-relação entre pessoas só se efetiva quando há mudança de atitude, de crença e de ações. Bronfenbrenner (1996/2002, p. 76) hipotetiza: “a tendência a provocar comportamentos com as expectativas para um determinado papel é uma função da existência de outros papéis no ambiente”. A importância da alteração de funções que a pessoa sofre em um determinado tempo, no processo de interação, ficou evidente na questão que há uma interferência do contexto *Mesosistema* sobre o desenvolvimento do *Microsistema* como cidadão participante de uma cidade.

O elemento motivacional “fazer novas amizades” demonstra o *Microsistema* interagindo no meio ambiente imediato e sobre aquele onde se estabeleceu uma relação direta indicando que a reciprocidade, o equilíbrio de poder e a relação afetiva são

variáveis que podem transformar uma relação interpessoal, como se constata na afirmação de Bronfenbrenner (1996/2002, p. 47),

[...] a reciprocidade em qualquer relação diática, com seu concomitante *feedback* mútuo gera uma quantidade de movimento próprio que motiva os participantes a se engajarem em padrões progressivamente mais complexos, produzindo efeitos desenvolvimentistas.

Importante considerar que só existe a amizade quando ela se dá na reciprocidade permeada de valores como o respeito mútuo, que traduz o equilíbrio de poder, quando mantida pelo elo da afetividade, pelo que se infere, portanto, sendo uma configuração de interferências mútuas: *Mesosistema e Microsistema*.

Verificou-se que o curitibano, pela acessibilidade aos espaços públicos da cidade, seja para exercer a prática de uma atividade física ou não, incorpora o sentimento de pertença, o que lhe legitima como cidadão desta cidade. Isso foi conferido pelo sentimento expresso pelos entrevistados, como exemplo registra-se, entre outros, o depoimento dado por um dos usuários: “*No bairro o poder público municipal se preocupa bastante com as pessoas, promove sempre atividades e nos dá uma condição de cidadã, com a oportunidade de participação*”.

As manifestações dos usuários sobre a necessidade do uso dos equipamentos de lazer e a importância que estes exercem em suas vidas poderiam constituir o episódio que ratifica a validade interna da pesquisa, conforme Bronfenbrenner (1996/2002, p. 100-101) “a moral científica é clara. Para que os resultados sejam interpretados validamente, os experimentos sobre o comportamento e desenvolvimento humano não podem ser realizados num vácuo social”, o que vem conferir significado social ao ambiente ecológico - as políticas públicas da SMEL.

O lazer pressupõe a expectativa de realizar alguma forma de prazer que tanto pode ser no campo fisiológico, mas principalmente se manifestando no campo da cultura. Gutierrez (2001) trilhou o caminho do diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento para descrever suas reflexões sobre o objeto lazer e sua dimensão fundamental de busca individual do prazer. Enfatizou que o lazer, por sua vez, possui natureza particularmente complexa: como busca pessoal da realização do prazer, ele insere o sujeito no campo das ações determinadas racionalmente, ao passo que o prazer em si, com sua interface psicológica, fisiológica, cultural, é muito difícil de ser reduzido à dimensão racional.

No quesito motivacional de adesão e permanência nas atividades houve mais indicações para o motivo de frequência apenas por prazer, porém também receberam indicações os motivos de obrigação, ou somente por obrigação.

A questão colocando o prazer e a obrigação como motivos para se buscar o lazer revelou a tensão interna no tratamento do objeto de estudo. O lazer, para Gutierrez (2001, p 47) “por suas características, incorpora aspectos importantes de subjetividade e liberdade, ao mesmo tempo em que manifesta uma dimensão de evidente inserção cultural” que pode ser tanto em função das lutas políticas como as de foro íntimo, sendo a última justificada pelo modo de se viver em uma sociedade cristã, que trata o prazer como algo proibido.

A dispersão das respostas sobre o motivo de aderência aos programas de lazer revelou um misto de emoção com racionalidade, uma vez que uma parcela da amostra se posicionou ora colocando o prazer; ora o prazer complementado por mais um motivo: seja a busca por mais qualidade de vida, por entretenimento ou por saúde; ora o prazer atrelado à obrigação; o que levou a pesquisadora a um impasse teórico para

justificativa dos achados da pesquisa, apoiando-se, assim, nas argumentações de Gutierrez (2001, p. 49) que trata o lazer na dimensão da busca do prazer como uma natureza complexa, “porque tanto a racionalidade do sujeito da ação social como a própria interface entre a determinação social e individual do comportamento serão particularmente difíceis de construir com o referencial teórico disponível”. Na analogia com a Teoria dos Sistemas Ecológicos, verificou-se, portanto, a interferência dos ambientes ecológicos sobre o *Microsistema*, sendo preponderante a interferência do *Macrossistema* no *Microsistema* e menor interdependência entre os sistemas, embora o *Microsistema* tenha recebido interferência de todos os níveis do sistema.

b)- Entrevista com os Gestores da Política Pública de Lazer da SMEL identificados como *Exossistema*

Para avaliação do sistema integrado que caracterizou o contexto ecológico - Políticas Públicas da SMEL, como *Macrossistema*, realizou-se uma entrevista semiestruturada com os gerentes das ARs sediadas nas RCs, representantes legal da instituição.

No âmbito desta pesquisa, o Administrador Regional compõe o *Exossistema* da cadeia endógena do Modelo Bio-Ecológico de Desenvolvimento, cujas ideias e posições passam a ser apresentadas na forma de resultados discutidos. A amostra compôs-se de cinco gerentes das ARs que preencheram os roteiros de entrevistas, sendo todos professores de Educação Física, funcionários de carreira na PMC, com tempo na profissão variando de 16 a 36 anos e, na função de gerente, entre 4 a 13 anos. As questões direcionadas aos entrevistados se apresentam já discutidas e analisadas.

Questionou-se sobre os critérios para se estabelecer e organizar a oferta de atividades sistemáticas de lazer e para isto foram indicados nesta ordem e quantidade: a estrutura física (100%); a demanda da região, verificada pela procura espontânea (100%); a disponibilidade de pessoal e respectiva especialização (70%); a capacidade do administrador regional em estabelecer parcerias para ampliar o leque de ofertas e diversidade de atendimentos (30%). Nesse caso, não se percebeu a participação efetiva da população nas decisões de critérios de atendimento, pois a procura espontânea dá-se em igualdade de condições com a capacidade física de estrutura e funcionários de cada Centro de Esporte e Lazer (CEL).

Quanto à avaliação das políticas públicas nos locais de execução das ações, obteve-se a maior incidência de indicações para a avaliação institucional da PMC (80%), foram indicados também os relatórios mensais de frequência dos usuários (75%); caixa de sugestões e avaliações de suas gerências (40%); reuniões com os membros de um conselho local de esporte e lazer (20%); e a utilização pelos usuários dos canais oficiais, sendo a ouvidoria municipal (20%), que tem como instrumento uma central de atendimento e as audiências públicas. Essas duas últimas referendam os propósitos contidos em Relatórios Anuais da PMC, ou seja, “a instituição da co-responsabilidade nas decisões das políticas públicas, incluindo a participação do cidadão” (CURITIBA, 2006, p.348).

Ao serem questionados sobre o motivo para a rotatividade de usuários nos programas sistemáticos, obteve-se o seguinte: entre os cinco gerentes pesquisados, encontraram-se cinco respostas distintas, sendo desde “não tem dados para responder” e até suposições como: “mudança de interesse”, “de endereço”; quando o usuário “baixa seu poder aquisitivo e não tem como se deslocar”; a “falta de pessoal para atuar que

desestimula o usuário”; o “clima de Curitiba”; ou que é “uma questão cultural, não acontecendo somente nos programas públicos, pois nas academias particulares também ocorre grande evasão”. Ficou claro o desconhecimento da causa, porém, entende-se que esses argumentos podem ser debatidos, como por exemplo: o motivo “baixa de poder aquisitivo e não poder pagar o deslocamento”, - a pesquisa junto aos usuários demonstrou que a maioria vive no entorno do local da pesquisa. Os estudos de Cassou et al (2008, p.356) desenvolvido na mesma cidade demonstraram que a falta de suporte social e o clima instável de Curitiba, para os sujeitos de nível socioeconômico alto, não são barreiras significativas para a prática da atividade física, “com 6 (5,1% F.r) e 4 (3,4% F.r) indicações, respectivamente, de um total de 118 indicações (F.a)”. Mas, para o grupo de nível socioeconômico baixo estes indicadores representaram barreiras importantes, tendo “o clima, 6 indicações (13% - F.r) e a falta de suporte social, 5 indicações (10,8% F.r) do total de 46 indicações (F.a)”. Já, a afirmação sobre a “falta de pessoal especializado para atuar junto aos grupos” é uma afirmativa verdadeira, e demonstra a existência de falhas no sistema.

Um gerente afirmou, ainda, que a Missão da SMEL “fomentar a prática da atividade física” está sendo atendida, na medida em que o usuário procura a instituição, mas que “não se pode fazer o rastreamento da população”. Tais argumentos sugerem que não é feita uma avaliação pontual dos programas ofertados e que não se pode caracterizar essa população como sendo ativa fisicamente.

Sobre a aceitação e reconhecimento da população sobre os programas realizados pela SMEL o discurso foi uníssono de que as turmas lotadas de ginástica e a fila de espera para participar dos programas de atividade física nos CELs indicam que são muito bem avaliados. Admitem, porém, que haja grandes ansiedades a respeito de

infraestrutura e justificam que, na verdade, depende de muitos outros fatores. Sobre o fator avaliação já foi percebido em questão anterior que não é prática comum no sistema gerencial dos programas municipais.

Em sendo um elemento da Teoria dos Sistemas Ecológicos, o *Exossistema*, constata-se que o gerente das ARs desempenha um papel importante na cadeia de interdependências e interferências sobre os demais elementos. Pois provocam e possibilitam as interconexões ambientais e os reflexos destes no desenvolvimento do homem, que busca o lazer como direito de preservação da vida, cujos resultados foram demonstrados pelo impacto traduzido no desenvolvimento de cada um.

Sobre o gerenciamento das políticas públicas e como estas podem impactar no desenvolvimento do cidadão, mais um componente do sistema, representado pelo contexto ambiental *Exossistema*, foi abordado. Desta feita, as respostas foram dadas pela profissional de Educação Física atuante na administração central há mais de 20 anos e, no momento da pesquisa, respondendo tecnicamente pela Superintendência da SMEL.

À pergunta da pesquisadora: “O lazer como direito constitucional é considerado um benefício social a todo brasileiro e carece de um conjunto de medidas políticas necessárias às melhorias da qualidade de vida do cidadão. Como o poder político municipal tem tratado esse conjunto de medidas que inclui o lazer?” a entrevistada, para responder, pautou-se em uma das diretrizes da SMEL: “a participação comunitária nas ações”, afirmou que sua efetivação acontece por meio da política de descentralização das ações da PMC, que tem o objetivo de aproximar o poder público do usuário. Argumentou, ainda, que o poder público tem atuado em benefício da melhoria da qualidade de vida da população, com a criação das ARs, sediadas nas nove

RCs e no cumprimento da Missão da SMEL, que é: “Fomentar práticas de Esporte, Lazer e Atividades Físicas ao cidadão curitibano, para seu bem-estar, promoção social e inserção na sociedade” (CURITIBA, 2009).

Sobre a questão colocada pela pesquisadora: “Historicamente, o lazer, como instituição não recebeu o mesmo tratamento que o esporte institucional conquistou no Brasil. O que isso significa ou representa para a gestão das políticas públicas de lazer em Curitiba?” houve concordância da parte da entrevistada que o lazer, como componente da cultura corporal, não tem a mesma relevância social que o esporte institucional. Porém, afirma que está havendo, por influência da mídia, uma mudança de paradigma quanto ao combate ao sedentarismo, e que, a SMEL instituiu programas e projetos “que fomentam e incentivam a prática sistemática e rotineira de atividades de lazer, de forma que o cidadão curitibano adote um estilo de vida mais ativo”. Isso vem confirmar os resultados obtidos junto aos usuários, identificados por *Microsistema*, que incluem no seu lazer atividades sistemáticas voltadas para a prática de atividade física orientada com foco na ginástica e condicionamento físico.

Uma política pública não se efetiva em um vácuo social, assim foi relevante conhecer os indicadores que definem a gestão das políticas públicas de esporte e lazer para a cidade. Para o poder público municipal um dos indicadores de relevância, nas palavras da entrevistada, é “a demanda advinda da comunidade” e “os estudos sobre as tendências relativas ao esporte e lazer no mundo”. Sobre a demanda da comunidade, tem-se a observar que é um argumento usado também pelos gerentes das ARs para indicar critérios para a organização das atividades e ofertas de serviços, no entendimento de que as políticas públicas estão voltadas aos interesses e necessidades da população, e que de certa forma, essa está formando uma consciência de cidadania.

Ainda com o intuito de se conhecer os resultados da interferência do *Macrossistema* no desenvolvimento do *Microsistema* e sua interdependência, foi pertinente a abordagem: “Como você tem uma boa experiência em SMEL, com tempo de atuação superior a duas décadas, poderia indicar se houve mudanças na condução das políticas públicas e o que essas significam para a população?” A resposta dada confirma o propósito da criação das RCs: “Com a efetivação das Gerências Regionais em 1998 a SMEL evoluiu gradativamente para melhor em vários aspectos, como credibilidade institucional e proximidade com a comunidade”. A entrevistada pontuou que em 2006 a SMEL realizou estudos, e consultando seus técnicos, definiu seu planejamento estratégico, atualizando sua Missão, seus Objetivos e seus Programas e Projetos, “os quais são seguidos rigorosamente pelos gestores”. De forma avaliativa e com otimismo se posicionou: “unindo todos estes fatores de forma gradativa, porém ágil, a comunidade da cidade ganha em oferta, oportunidade e qualidade no atendimento do esporte, lazer e atividade física, no qual vislumbramos um ser humano mais ativo”.

Os resultados desta entrevista vieram referendar o contido nas “falas” e posicionamentos dos sujeitos pesquisados: usuários das atividades sistemáticas e gerentes das ARs. As palavras da representante da Superintendência da SMEL, com autoridade para falar sobre as políticas públicas e o impacto no cidadão curitibano, refletiram o espírito de união e a coesão da equipe de trabalho, bem como revelaram um discurso coadunado com os demais segmentos. Demonstrou que a descentralização do poder dá-se na figura da pessoa que está inserida no contexto da RC como gestora, porém percebeu-se que o poder de decisão e a autonomia não acompanham os princípios da democratização, transparência, intersetorialidade e regionalização das

políticas públicas da SMEL, na medida em que os gerentes regionais devem seguir rigorosamente as diretrizes emanadas pelo poder central e não têm competência legal para decidirem sobre a infraestrutura física, de pessoal e de gestão financeira.

Sobre o impacto nas pessoas que se beneficiam do direito de exercício de cidadania, exceto o próprio usuário dos programas da SMEL, (*microssistema*) que afirmaram serem beneficiados, os discursos dos demais segmentos do sistema revelaram muito mais intenções, proposições e metas, valendo-se da “maturidade institucional” da SMEL.

Como argumento e consequente reflexão sobre a ocorrência do desenvolvimento humano, Bronfenbrenner apóia-se na validade desenvolvimental e no experimento ecológico, respectivamente, pois acredita que uma mudança no desenvolvimento da pessoa depende do contexto, e que esta só pode ser acreditada, quando submetida a “uma comparação sistemática entre dois ou mais sistemas ambientais ou seus componentes estruturais, com uma cuidadosa tentativa de controlar outras fontes de influências” (1996/2002, p. 28-29). Isso indicou a importância do estudo e a confirmação com os seus resultados, sobretudo porque a premissa de que uma política pública só se efetiva quando se torna necessária para o atendimento das necessidades básicas do desenvolvimento do homem.

CONCLUSÃO

A base para se delinear esta conclusão foram os procedimentos de análise da investigação, utilizando-se do Modelo de Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner, tendo as políticas públicas de lazer como o contexto dentro do qual o desenvolvimento humano ocorreu.

Compreende-se que os resultados positivos da interferência e interdependência do *Macrossistema*, as políticas públicas de esporte e lazer da SMEL, sobre o *Microsistema*, o usuário dessas políticas públicas, aconteceram em razão da solidez dos programas de esporte e lazer já existentes no âmbito municipal na década de 1990, período que marcou a descentralização do poder municipal com a criação das RCs, sede das ARs.

Na questão de gestão das políticas públicas de lazer, o que ficou evidente foi a importância da regionalização, da intersetorialidade e da participação popular para o seu desenvolvimento, uma vez que o próprio fenômeno lazer tem características multiculturais. A multiculturalidade do lazer se revelou pela oferta de atividades atreladas às práticas corporais sistemáticas da SMEL, cuja finalidade precípua, expressa em sua Missão, é o desenvolvimento de potencialidades do ser humano, com vistas ao seu bem-estar, à promoção social e à inserção deste na sociedade, na busca de consolidação de sua cidadania.

Na opção pela atividade de lazer do usuário, os resultados foram evidentes quanto à preferência pelas práticas corporais voltadas para a manutenção e preservação da saúde em detrimento das atividades esportivas, de entretenimento e outras. Isso resulta no entendimento da função do lazer como desenvolvimento, defendida por Dumazedier (2004), demonstrando que a sociedade composta por adultos mais velhos inclui essa função do lazer como um componente importante para o desenvolvimento humano. Pode-se, também, entender o proposto por De Mais (2000), sobre o usufruto das horas livres em benefício do homem, que deve viver em harmonia com seu próprio corpo e sentindo o pleno gozo de sua existência. Outra evidência foram os resultados apontando que o indivíduo, ao buscar o lazer, antes do exercício do direito, está sendo

ético, já que o lazer é uma das condições basais para a preservação de uma vida saudável.

Nessa mesma direção, foi interessante a posição do usuário sobre a necessidade da existência dos serviços para a conquista de um corpo saudável, bem como para o direito de exercer a condição de cidadão pertencente à cidade em que vive. Confirmada em todas as instâncias da pesquisa, pode-se notar, então, o impacto provocado pelo governo municipal com a adoção de políticas públicas de esporte e lazer voltadas para as necessidades básicas do cidadão, oferecendo a estrutura mais próxima de sua residência e mantendo o princípio de acessibilidade a todos. Identificou o lazer como agente da visibilidade do poder público e de possibilidades de exercício da cidadania, ou ainda, as políticas públicas de esporte e lazer deram sustentação para a criação e sistematização de uma prática social na área.

Na teia de relações, representada pelos elementos *Micro-Meso-Exo- e Macrossistema*, ficaram evidentes as possibilidades de interferência e interdependência de um sobre e com o outro elemento, ou seja, as políticas públicas da SMEL como *Macrossistema*, suas interconexões internas e o usuário de atividades sistemáticas de lazer identificado como *Microsistema*. Essa trama de relações, que se interconectam, foi traduzida nos resultados positivos de favorecimento ao crescimento pessoal e de melhorias nas relações interpessoais dos usuários, o que identificou os elementos da Teoria dos Sistemas Ecológicos como forças potentes que afetam o desenvolvimento humano. Isso atendeu o objetivo geral da investigação no que tange ao impacto das políticas públicas de lazer de Curitiba no desenvolvimento do cidadão e na legitimidade da cidadania.

Pode-se, portanto, teorizar que as políticas públicas formam um conjunto de ações coletivas com vistas à garantia dos direitos sociais. Essas também devem ser encaradas como compromisso público no atendimento de determinadas necessidades de uma área de abrangência, e que se tornam efetivas quando permitem formar uma consciência de cidadania na população.

REFERÊNCIAS

- ALVES JUNIOR, E.; de MELO, V. A. **Introdução ao lazer**. São Paulo: Manole, 2003.
- AZEVEDO, J.M.L. **A educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 1997.
- BEDIN, G.A. Cidadania. In: GONZÁLEZ, F.J.; FENSTERSEIFER, P.E.(Org.) **Dicionário crítico de educação física**. Ijuí: Unijuí, 2005, 62-65.
- BVS. (**Biblioteca Virtual da Saúde**). Disponível em: <http://itd.bvs.br/>. Acesso em: Jul. 2010.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292p.
- BRASIL. **Resolução 196/96**. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo os seres humanos. Disponível em: HTTP://conselho.saude.gov.br/resolucoes/reso_96.htm. Acesso em: 13 out. 2008.
- BRONFENBRENNER U. **A ecologia do desenvolvimento humano**: experimentos naturais e planejados. Trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artmed, 1996/2002.
- BRUEL, M. R.; VARGAS, A. The public politics of sport and leisure as macrosystem of the bio-ecological model of human development. **FIEP BULLETIN. Anais**. v.80, p. 726-729, 2010.
- CASSOU, A. C. N. et al. Barreiras para a atividade física em idosos: Uma análise por grupos focais. **Revista da Educação Física/UEM**, v. 19, n. 3, p.335-360, 2008.
- CURITIBA, P. M. **Administração Regional**. Disponível em: <http://www.curitiba.pr.gov.br/Regionais.aspx?servico=8>. Acesso em: 13 out. 2009.
- CURITIBA, P.M. **Educar para a cultura da paz**. Cadernos Pedagógicos: IMAP, 2000.

CURITIBA, P. M. **Equipamentos da SMEL**. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/SMEL/equipamentos>> . Acesso em: 12 ago.2009.

CURITIBA. Instituto Municipal de Administração Pública. **Relatório de Gestão, 2005**. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 2006. Relatório.

DE MASI, D. **O ócio criativo**. Tradução de Lea Manzi. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

FONTANELLA, B.J.B.; RICAS, J; TURATO, E.G. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cad. Saúde Pública**, v. 24, n.1, p.17-27, 2008.

GOMES, C.L. Educação física, lazer e mundo do trabalho: desafios para a formação e para a intervenção profissional. In: XII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 12., 2001, Caxambu. **Anais**. Caxambu: 2001, 1 CD-ROM.

GUTIERREZ, G. **Lazer e prazer**: questões metodológicas e alternativas políticas. Campinas: Autores Associados, 2001.

KREBS, R. J. Novas tendências para o estudo do desenvolvimento humano. In: ENCONTRO INTERNACIONAL PARA ESTUDOS DA CRIANÇA, 5. **Anais...** Disponível em: <http://www.fmh.utl.pt/mestrado/textosruykrebs/novastendencias.pdf>. Acesso em: 09 out. 2009.

MARCASSA, L.; MASCARENHAS, F. Lazer. In: GONZÁLEZ, F. J.; FENSTERSEIFER, P. E. (Org.). **Dicionário crítico da educação física**. Ijuí: Unijuí, 2005. p. 253-259.

MARCELLINO, N. **Pedagogia da animação**. Campinas: Papyrus, 1990.

MATTOS, M. G.; ROSSETO JUNIOR, A. J.; BLECHER, S. **Metodologia da pesquisa em educação física**: construindo sua monografia, artigos e projetos. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Phorte, 2008.

ONU.(1948) **Declaração Universal dos Direitos do Homem**. Artigos 22, 23, 24, 25, 26, 27, 1948.

PINTO, L. M. M. et. al. O lazer. In: BRASIL. Ministério do Esporte. **Brincar, jogar, viver**: lazer e intersectorialidade com o PELC. V.1, n.1, p. 45-67, 2008.

RICHARDSON, R. J.; PERES, J. (Colab.). **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2008.

SALLIS, J.F; OWEN, N. **Physical Activity and Behavioral Medicine**. California: SAGE publications, 1999 (Behavioral Medicine and Health Psychology Series).

VARGAS, A. **Ética**: ensaios sobre educação física, saúde social e esporte. Rio de Janeiro: Leclus, 2007.

VASCONCELOS, F.P.; CORIOLANO, L.N.M.T. Impactos sócio-ambientais no litoral: um foco no turismo e na gestão integrada da zona costeira no estado do Ceará-Brasil. **Revista de Gestão Costeira Integrada**. V. 8, n. 2, p. 259-275, 2008.

VIEIRA, J. L. L. **O processo de abandono de talentos do atletismo do estado do Paraná**: Um estudo orientado pela teoria dos sistemas ecológicos Tese (Doutorado). Faculdade de Educação Física, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 1999.

VIEIRA, L. F. **O processo de desenvolvimento de talentos paranaenses do atletismo**: Um estudo orientado pela teoria dos sistemas ecológicos. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação Física, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 1999.

Endereço dos Autores:

Maria Rita Bruel
Rua Cel. Agostinho Macedo, 319/31
Curitiba – Paraná – 80.520-100
Endereço Eletrônico: mrbruel@yahoo.com.br